



## Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil 2022

ISBN 978-85-240-4591-2  
© IBGE, 2023

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil, apresenta a nona edição do estudo Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo<sup>1</sup>, com resultados para o setor institucional governo geral, composto pelo governo central, Estados e Municípios. Esta edição mantém a sistemática adotada a partir de 2019, quando os resultados publicados passaram a ter como referência o ano imediatamente anterior ao da divulgação. Neste volume, são disponibilizados os resultados de 2022.

As estatísticas ora divulgadas mantêm o propósito de promover o intercâmbio e o compartilhamento de informações contábeis e fiscais entre as bases de dados da Secretaria do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil e do IBGE para fins de aprimoramento das contas do setor governo. Este estudo é realizado por meio da harmonização de classificações, conceitos e procedimentos e da definição de parâmetros para produção, manutenção e utilização harmonizada e integrada das fontes de dados, visando não só à compatibilização conceitual de tais fontes, como também à racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados.

O objetivo principal deste estudo é o de fornecer uma visão geral do vínculo entre as Estatísticas de Finanças Públicas, elaboradas de acordo com o *Government finance statistics manual 2014*, GFSM 2014, publicado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI (International Monetary Fund - IMF), e a Conta Intermediária de

Governo, que segue as recomendações do manual *System of national accounts 2008*, SNA 2008, das Nações Unidas (United Nations), destacando-se as similaridades e as diferenças entre os dois sistemas estatísticos. Simultaneamente, o estudo propicia também uma visão intermediária das contas do setor institucional governo geral, que compõe o Sistema de Contas Nacionais - SCN, divulgado anualmente pelo IBGE.

Este estudo mantém a estrutura analítica das edições anteriores, assim como os seus referenciais metodológicos e de fontes, cujas informações estão expressas no documento **Notas técnicas**, que acompanha este informativo. Ao longo das edições, diversos aprimoramentos metodológicos foram sendo incorporados ao estudo. Desde a publicação referente ao exercício de 2019, as bases passaram a incorporar dados da Matriz de Saldos Contábeis, da Secretaria do Tesouro Nacional, tanto para a esfera estadual como para a municipal, os quais permitem maior detalhamento das contas de receita e despesa dessas esferas de governo. De forma complementar, informações dos portais de transparência desses entes também foram utilizadas.

Os resultados apresentados nesta publicação, cabe destacar, não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como o Resultado do Tesouro Nacional, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e as estatísticas fiscais divulgadas pelo Banco Central do Brasil, as quais observam aspectos metodológicos específicos<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Por decisão editorial, a partir da edição lançada em 2018, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo. Outras informações sobre o estudo encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/financas-publicas/9083-estatisticas-de-financas-publicas-e-conta-intermediaria-de-governo.html?edicao=32273&t=o-que-e>.

<sup>2</sup> Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. *Comparativo entre as estatísticas do Resultado do Tesouro Nacional - RTN e as estatísticas fiscais elaboradas de acordo com a metodologia do Government finance statistics manual 2014 - GFSM 2014*. Brasília, DF, 29 abr. 2021. 25 p. Nota metodológica n. 2. Disponível em: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/?p=25019:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO\\_ANEXO:12772](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/?p=25019:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:12772). Acesso em: out. 2023.

## Principais resultados

Em 2022, a necessidade de financiamento líquida do governo geral registrada nas Estatísticas de Finanzas Públicas foi R\$ 380,8 bilhões, apresentando um aumento de 89,0% em relação a 2021. Esse resultado se deveu, principalmente, ao crescimento de 20,4% da despesa total, em contraposição ao aumento de 16,6% das receitas computadas nos três níveis de governo.

Pelo lado das receitas, observa-se que a arrecadação de impostos cresceu 13,0%, as contribuições sociais aumentaram 13,7%, e as outras receitas, 36,0%. Apenas impostos sobre o comércio e transações internacionais apresentaram queda (-4,8%), justificada pela redução da taxa de câmbio e da alíquota efetiva do imposto de importação. Todos os outros componentes da receita registraram variações positivas.

Em relação aos impostos, destacou-se o aumento de 30,2% daqueles sobre renda, lucros e ganhos de capital. A elevação da arrecadação com declarações de ajuste e fundos de renda fixa (imposto de renda sobre o ganho de capital) impulsionou esse resultado. Os impostos sobre a propriedade cresceram 11,5% (aumento de 24,5% da arrecadação do Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores - IPVA), enquanto aqueles sobre bens e serviços cresceram apenas 4,6%, justificado pelas seguintes reduções: de 35% da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI (Decreto n. 11.158, de 29.07.2022); a 0 (zero) das alíquotas sobre combustíveis da contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (Leis Complementares n. 192 e n. 194, de 11.03.2022 e 23.06.2022, respectivamente); e da alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS sobre combustíveis (Lei Complementar n. 194).

Entre as outras fontes com peso na composição das receitas totais, o destaque ficou por conta das rendas patrimoniais, com crescimento de 49,2% no período analisado. Tal resultado é expli-

cado pela elevação das seguintes variáveis: receitas com juros (42,9%), refletindo o aumento da taxa SELIC média no ano; receitas de dividendos (88,9%), com destaque para os resultados financeiros obtidos

pelos recursos obtidos das empresas estatais federais, especialmente a Petrobras; e receitas de concessões (43,8%), resultado justificado pela privatização da Eletrobras e pelos recursos oriundos da exploração de petróleo.

### Demonstrativo de finanzas públicas (milhões R\$)

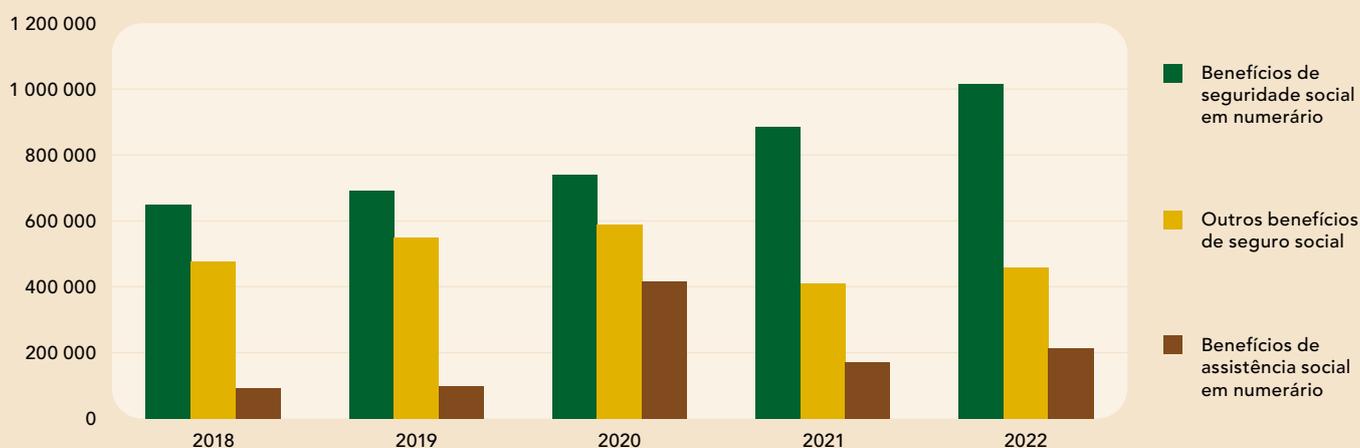
Demonstrativo de Operações - Governo Geral		Valores correntes (1 000 000 R\$) (em 31.12)				
		Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
<b>1</b>	<b>Receita</b>	<b>2 986 152</b>	<b>1 345 878</b>	<b>1 047 916</b>	<b>- 1 130 338</b>	<b>4 249 607</b>
1.1	Impostos	1 484 318	803 965	198 843	0	2 487 125
1.2	Contribuições sociais	851 952	114 841	50 413	0	1 017 207
1.3	Transferências / Doações	951	326 009	726 120	- 1 053 057	22
1.4	Outras receitas	648 931	101 062	72 541	- 77 281	745 253
1.4.1.1	Juros	302 704	20 251	38 370	- 77 281	284 044
1.4.X	Demais	346 227	80 812	34 171	0	461 209
<b>2M</b>	<b>Despesa (2+3.1)</b>	<b>3 417 550</b>	<b>1 369 766</b>	<b>973 460</b>	<b>- 1 130 338</b>	<b>4 630 437</b>
<b>2</b>	<b>Gasto</b>	<b>3 440 643</b>	<b>1 334 537</b>	<b>945 665</b>	<b>- 1 130 338</b>	<b>4 590 507</b>
2.1	Remuneração de empregados	320 344	432 232	421 103	0	1 173 678
2.2	Uso de bens e serviços	71 222	180 363	294 048	0	545 633
2.3	Consumo de capital fixo	43 183	57 060	55 901	0	156 144
2.4	Juros	772 031	94 391	8 980	- 77 281	798 121
2.5	Subsídios	17 670	2 057	7 413	0	27 140
2.6	Transferências / Doações	792 930	258 056	4 452	- 1 053 057	2 381
2.7	Benefícios previdenciários e assistenciais	1 376 092	237 341	76 109	0	1 689 542
2.8	Outros gastos	47 170	73 037	77 659	0	197 867
3.1	Investimento líquido	- 23 093	35 229	27 795	0	39 931
3.1.1	Ativos fixos	- 19 461	34 956	26 637	0	42 132
3.1.2	Estoques	793	274	1 158	0	2 225
3.1.3	Objetos de valor	18	0	0	0	18
3.1.4	Ativos não produzidos	- 4 444	0	- 1	0	- 4 445
	<b>Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento (1-2M)</b>	<b>- 431 398</b>	<b>- 23 889</b>	<b>74 457</b>	<b>0</b>	<b>- 380 830</b>
	<b>Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento primária ((1-1411)-(2M-24))</b>	<b>37 929</b>	<b>50 251</b>	<b>45 066</b>	<b>0</b>	<b>133 247</b>

Fontes: 1. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.  
Nota: Informações metodológicas estão disponíveis nas **Notas técnicas** desta publicação.

Na análise dos gastos, observa-se que, à exceção de transferências e doações, que registraram redução de 54,2% em 2022, todos os itens apresentaram variação positiva, contribuindo para o aumento da necessidade de financiamento líquida no período. Benefícios previdenciários e assistenciais, remunerações, juros e uso de bens e serviços, itens de maior peso na composição dos gastos, apresentaram elevações de 15,1%, 13,6%, 32,6% e 22,4%, respectivamente. Despesas com subsídios e outros gastos também cresceram no período, com aumentos de 52,1% e 23,1%, respectivamente.

O crescimento das despesas com benefícios previdenciários e assistenciais resultou, especialmente, do aumento dos gastos com auxílios financeiros a pessoas físicas e famílias. Com a criação do Programa Auxílio Brasil e de auxílios a transportadores autônomos e motoristas de taxi, esse item da despesa apresentou variação positiva de 31,0% em 2022 em relação ao ano anterior. Gastos com outros benefícios de seguridade social, que englobam diversos auxílios, como doença, acidentes, reclusão, entre outros, registraram aumento de 20,7% no período e contribuíram para esse resultado.

### Benefícios sociais, por transação (milhões R\$)



Fontes: 1. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

Na Conta Intermediária de Governo, que segue as orientações do manual SNA 2008, é medido o valor adicionado do governo geral, possibilitando a análise de sua contribuição para o Produto Interno Bruto - PIB e de sua composição entre as esferas de governo. Em 2022, o valor adicionado foi R\$ 1 331,4 bilhões e sua participação no PIB, 13,4%, o que representa uma queda de 0,2 ponto percentual em relação a 2021. Em termos absolutos, a variação foi positiva em todas

as esferas: 3,1% na federal; 17,1% na estadual; e 17,9% na municipal. Assim, observa-se que a esfera federal perdeu 2,7 pontos percentuais no total de sua participação no valor adicionado do governo, passando de 30,0%, em 2021, para 27,3%, em 2022. Por outro lado, governos estaduais e municipais ampliaram as suas participações em, respectivamente, 1,2 e 1,5 pontos percentuais: no caso dos Estados, de 35,6% para 36,8%, e, no dos Municípios, de 34,4% para 35,9% no período.

### Participação das esferas de governo no Valor Adicionado Bruto do Governo Geral (%)



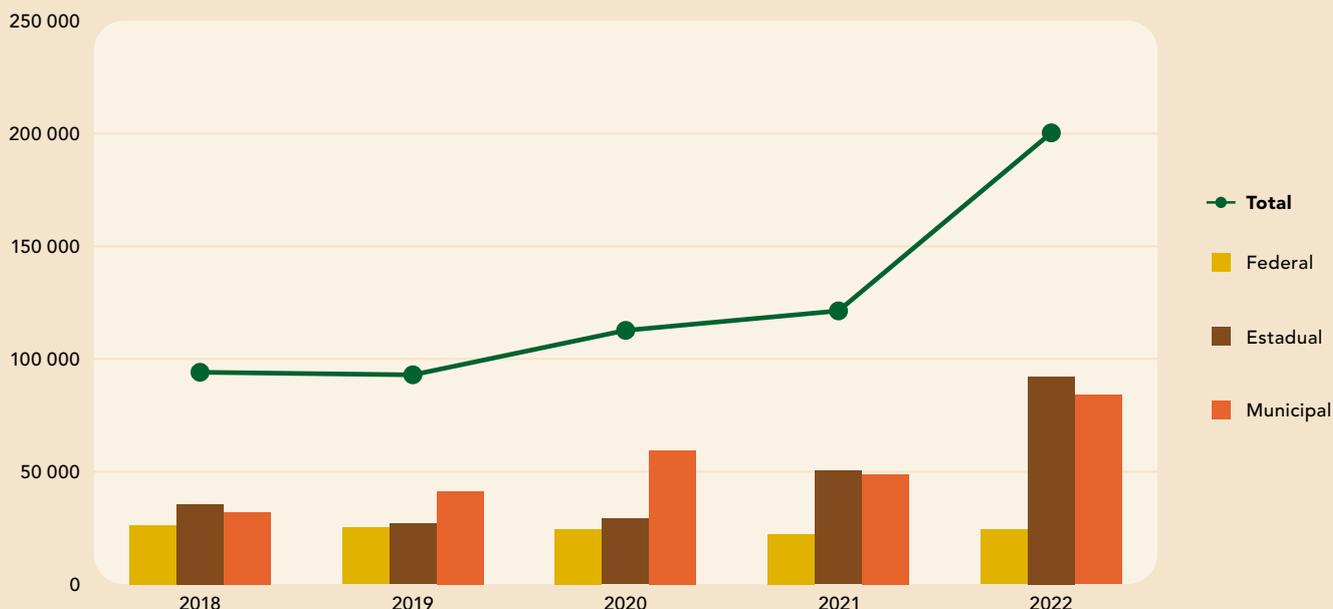
Fontes: 1. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

Outra importante variável captada pela Conta Intermediária de Governo, a formação bruta de capital fixo chegou a R\$ 200,2 bilhões em 2022, o que representa um au-

mento de 65,2% em relação a 2021. Esse resultado foi influenciado pelo crescimento dos investimentos de 83,3% e 72,3% dos governos estaduais e municipais, respecti-

vamente. O governo federal, por sua vez, reverteu a trajetória de reduções dos anos anteriores (-3,0% em 2020 e -8,4% em 2021) e apresentou elevação de 8,6% em 2022. ■

## Formação bruta de capital fixo, total e por esfera de governo (milhões R\$)



Fontes: 1. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

### Expediente

#### Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,  
Coordenação de Contas Nacionais

#### Normalização textual

Centro de Documentação e  
Disseminação de Informações,  
Gerência de Sistematização de  
Conteúdos Informacionais

#### Projeto gráfico

Centro de Documentação e  
Disseminação de Informações,  
Gerência de Editoração

#### Imagens fotográficas

Unsplash

#### Impressão

Centro de Documentação e  
Disseminação de Informações,  
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,  
procure o IBGE.



/ibgeoficial



/ibgeoficial



@ibgeoficial



/ibgecomunica



/ibgeoficial



Saiba mais sobre a  
pesquisa.

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) 0800 721 8181